
A Comunicação no Contexto das Organizações Como Alternativa Para a Desconstrução da Violência Cultural na Sociedade¹

Mariana Carareto ALVES²

Raquel CABRAL³

Roseane ANDRELO⁴

Resumo

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a importância do discurso organizacional para a desconstrução da violência cultural na sociedade. É uma proposta para pensar como o discurso tem influência na legitimação da violência e, por isso, é preciso repensar os atos comunicativos das organizações. Para isso, apresenta-se uma discussão teórica a partir da relação entre os estudos para a paz e a perspectiva relacional da comunicação no contexto das organizações, o qual demonstra que o poder de influência organizacional pode ser um elemento constitutivo para um processo educativo que estimula novas condutas para as relações sociais.

Palavras-chave: Violência Cultural; Comunicação Organizacional; Publicidade; Relações Sociais; Cultura de Paz.

Introdução

Compreende-se que hábitos, valores e costumes são práticas culturais repassadas aos indivíduos ao longo de sua história e da história civilizatória. Tais práticas, muitas vezes, reforçaram e reafirmaram aspectos agressivos e segregadores que compõem uma violência cultural e resultam em relações sociais pouco sensíveis. A comunicação, em suas diversas nuances, é vista como um fenômeno que associa e constrói esses aspectos.

Dessa forma, refletir sobre a influência da comunicação no pensamento e no comportamento dos indivíduos é importante para compreender como se estabelecem as relações de poder na sociedade induzindo os padrões aceitáveis ou não. Nesse sentido, a comunicação deve ser olhada e entendida em todas as formas, inclusive no contexto das

¹ Trabalho apresentado no GP Relações Públicas e Comunicação Organizacional do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp).
mariana.carareto@unesp.br

³ Professora da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp).
raquel.cabral@unesp.br

⁴ Professora da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp).
roseane.andrelo@unesp.br

organizações, que a desenvolve como estratégia para alcançar legitimação social. Desta forma, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre a importância do discurso organizacional para colaborar com a desconstrução da violência cultural na sociedade.

Com esse intuito, apresenta-se um texto bibliográfico orientado, primeiramente, por estudos que explicam o conceito de violência, como ela está presente na sociedade e a importância dos estudos para a paz, ou *Peace Studies*, para demonstrar que é possível pensar novas alternativas para as relações sociais em busca de transformação. Posteriormente, o poder de influência da comunicação dos meios e dos discursos organizacionais é trabalhado para ser possível refletir sobre novas alternativas para a comunicação no contexto organizacional que estimulem comportamentos solidários entre os indivíduos. Acrescenta-se a importância da perspectiva relacional nos processos comunicativos por considerar os aspectos dialógicos e interacionais nas relações.

O artigo inter-relaciona, portanto, autores e perspectivas teóricas para pensar, a partir do cenário teórico dos estudos de comunicação organizacional e dos estudos para a paz, a desconstrução da violência cultural. Dessa forma, a desconstrução é entendida como um processo de reconstrução a longo prazo, o qual necessita do apoio do poder organizacional e de processos educativos para alcançar transformações nas relações sociais por meio da comunicação.

1 Comunicação para a paz: repensar o que comunicamos para desconstruir a violência cultural

O contexto global atual é permeado por uma série de problemáticas que refletem nas relações estabelecidas entre os indivíduos e geram conflitos ideológicos, sociais e culturais. Nesse cenário, percebe-se que, devido à forma como a sociedade foi estruturada, um dos principais resultados desses conflitos é a violência (GALTUNG, 2007), entendida como um instrumento de poder e dominação para a conquista de objetivos individuais que impacta na forma como os indivíduos pensam, agem e se relacionam, caracterizando seu comportamento e as construções simbólicas sobre o que é e como deve ocorrer a dinâmica na sociedade.

A violência possui diferentes características, níveis e consequências que influenciam os indivíduos, sendo uma prática cultural manifestada na sociedade em diversos contextos históricos e geográficos, os quais a institucionalizaram legitimando “estruturas profundamente violentas e comportamentos individualistas, narcisistas e sem

apoio, pouco sensíveis à dor dos outros e às necessidades dos outros” (FISAS, 1998, p.01, tradução nossa).

Pensando em um significado por imagens, é possível associá-la à agressão, ao uso da força, à imposição, porém, ao estar imbricada nas estruturas sociais, ela vai além dessas características. Fisas (1998) acredita que a sociedade está envolvida pela cultura da violência e o principal símbolo disso é a guerra, um meio de conquista institucionalizado pelo Estado, e um meio responsável por disseminar significados, políticas e comportamentos que representam a construção de uma estrutura social. Assim, a guerra molda e foi moldada por práticas que significam poder e dominação, força e controle na sociedade, como:

- o patriarcado e o misticismo da masculinidade
- a busca de liderança, poder e domínio
- a incapacidade de resolver pacificamente os conflitos
- o economicismo que gera a desintegração social e seu princípio de competitividade
- o militarismo e o monopólio da violência pelos Estados
- os interesses das grandes potências
- interpretações religiosas, que permitem matar outras pessoas
- as ideologias exclusivistas
- etnocentrismo e ignorância cultural
- desumanização (a consideração de outros seres humanos como "objetos")
- a manutenção de estruturas que perpetuam a injustiça e a falta de oportunidades e participação. (FISAS, 1998, p. 02, tradução nossa)

Se existe uma cultura da violência, todas essas práticas são fatores que interferem nas relações e caracterizam a ação dos indivíduos, sendo resumidas pela vontade de dominação e poder. Isso significa que, historicamente, a sociedade se desenvolveu orientada por um sistema que definiu os papéis dos indivíduos baseados na dominação e imposição, refletindo na forma como eles se organizaram, naquilo que acreditam e nas atitudes, comportamentos e hábitos que possuem. Esse sistema é patriarcal, ou seja, suas normas exigem ao homem exercer o controle em todos os níveis, das questões religiosas, “[...] mitos, leis, estruturas familiares, sexualidade e trabalho, sistemas emocionais, psicológicos e econômicos [...]”, até ao que se refere ao corpo e atitude das mulheres e os comportamentos e padrões aceitáveis, sendo que o “instrumento essencial tem sido o uso da violência ou a ameaça de usá-la” (FISAS, 1998, p.03, tradução nossa).

Evidencia-se, portanto, um dos principais fatores que influencia a legitimação da violência por explicar muitos dos preconceitos e comportamentos adotados pelos

indivíduos que atingem agressivamente aqueles que não são enquadrados nos padrões definidos pelo sistema patriarcal. Mas, para Galtung (2003), a violência se manifesta a partir de três tipologias - a violência direta, a violência estrutural e a violência cultural -, as quais representam ações que impedem o acesso às necessidades básicas aos indivíduos, que agridem a vida e que forçam padrões para serem seguidos, são “afrontas evitáveis às necessidades humanas básicas e mais globalmente contra a vida, que diminuem o nível real de satisfação das necessidades abaixo do que é potencialmente possível” (GALTUNG, 2003, p.09, tradução nossa).

Nesse sentido, a manifestação dessas violências inclui fatores culturais que geram consequências diretas e estruturais, privando os indivíduos de suas necessidades, as quais, para Galtung (2003), são:

- Necessidade de sobrevivência: sua negação tem como consequência a ação da violência direta caracterizada pela morte e a ação da violência estrutural na forma como os indivíduos se relacionam com a vida, com os seres vivos. Eles passam a aceitar as agressões que ocasionam a morte: a exploração da natureza, a guerra, a violência urbana.
- Necessidade de bem-estar: sua negação pode ser associada a ação violenta direta que gera a miséria e a violência estrutural se caracteriza pela vulnerabilidade que ocasiona sofrimento aos indivíduos por serem privados, por exemplo, do acesso básico à saúde, de comida, de moradia, tornando aceitável e normal conviver com a desigualdade social.
- Necessidade de representação: é uma necessidade relacionada à identidade dos indivíduos, à identidade coletiva e pessoal. A ação da violência direta é a alienação dos indivíduos que não se identificam coletivamente, não há união e algo comum. Para Galtung (2003), a alienação representa o fim da socialização e a ação da violência estrutural causa a segmentação e separação.
- Necessidade de liberdade: ser livre, permitir ao indivíduo escolher são necessidades que sofrem repressão (violência direta) e ocasionam a marginalização, a fragmentação, a exclusão dos indivíduos que não se enquadram em vontades, padrões impostos (violência estrutural).

Para Galtung (2003), a negação de necessidades básicas constitui a estrutura violenta da sociedade caracterizada pela exploração, que ocorre quando existem

estruturas identificadas como dominantes e estruturas identificadas como dominadas, aquelas que conseguem mais acesso às necessidades e as que possuem menos acesso, ocasionando consequências desiguais. Dessa forma, as imposições dos indivíduos dominantes para aqueles que são dominados conseguem segmentar, marginalizar e fragmentar indivíduos que não se enquadram nas características e condições aceitáveis. O resultado é a aceitação da existência de estruturas exploradas na sociedade, seria algo natural da vida e executado por meio de instrumentos de exploração e repressão.

Entende-se que o ato violento possui raízes que o justifica e o torna comum e, por isso, Galtung (2003) afirma que a violência cultural é legitimadora da direta e estrutural. Os acontecimentos que ocasionam a existência de miséria, de repressão, de segregação, exclusão se tornam ações cotidianas, aceitas e muitas vezes praticadas pelos indivíduos na sociedade. Assim:

A violência direta é um acontecimento; a violência estrutural é um processo com altos e baixos, e a violência cultural é uma constante, uma permanente (Galtung, 1977: cap. 9), que se mantém basicamente igual durante longos períodos, devido às lentas transformações da cultura básica. (GALTUNG, 2003, p.12, tradução nossa)

Isso quer dizer que ao compreender a existência da violência direta, é possível visualizar uma agressão explícita (o agressor e a vítima), seja ela física ou verbal, existe o confronto agressivo, por isso ela é um acontecimento. Ao compreender a violência estrutural, a agressão ocorre devido ao sistema em que os indivíduos estão envolvidos, ao sistema social, político e econômico. Assim, o agressor é invisível, mas a vítima não, ela está envolvida em um sistema violento, um processo que causa o sofrimento.

Já, ao compreender a existência da violência cultural os aspectos agressivos são invisíveis, são mascarados, ocorrem sem uma percepção clara dos indivíduos, pois é uma violência imbricada e resultante dos produtos culturais, é a linguagem, o discurso social, está em aspectos de nossa cultura e fatores simbólicos como, por exemplo, as ideologias, artes, meios de comunicação, religião e ciência (GALTUNG, 2003). Essa violência é legitimadora da direta e da estrutural por justificar os atos agressivos, ela é caracterizada, por exemplo, pelos preconceitos e estereótipos que ocasionam a dominação do pensamento masculino diante do feminino, a não aceitação da diversidade de gênero ou étnica, a obrigação de seguir comportamentos socialmente corretos e aceitos, a intolerância religiosa etc.

Uma relevante questão é que a conjuntura da violência cultural é desfavorável ao desenvolvimento sustentável e às relações interpessoais devido aos comportamentos e padrões estabelecidos historicamente pelos sistemas social e econômico. Por isso, é preciso repensar práticas culturais e, dentre elas, repensar os aspectos que naturalizam determinadas estruturas ocasionando a violência. Estudar a violência é uma forma de olhar para duas questões: a forma como ela ocorre e é usada e a forma como isso é legitimado (GALTUNG, 2003) para ser possível propor alternativas em busca da transformação para uma realidade mais igualitária.

Essa é uma proposta dos Estudos para a Paz, que questionam além de uma violência direta, a “violência estrutural, resultante da desigualdade de poder e da injustiça social” e a violência cultural, “que se traduz no sistema de normas e comportamentos que legitimam socialmente as duas anteriores” (PUREZA, 2000, p.39). Essa perspectiva defende que compreendendo as estruturas de violência e como elas se desenvolvem é possível reconstruir as relações sociais, considerando que a melhoria das relações entre os indivíduos é um elemento essencial para a paz (GALTUNG, 2007).

Aqui, o significado de paz é a ausência de violência, por isso o contrário da violência cultural seria a cultura da paz, um conceito que considera todas as variáveis para pensar práticas culturais alternativas à violência (GALTUNG, 2003). Para isso, a cultura de paz utiliza mecanismos para desconstruir os produtos culturais que são legitimadores ou instrumentos de naturalização da violência.

O esforço para construir uma cultura de paz vai, então, desacreditar todos aqueles comportamentos sociais que glorificam, idealizam ou naturalizam o uso da força e da violência, ou que exaltam o desprezo e desinteresse pelos outros, começando por diminuir máximo desinteresse possível e abandono do menor, para que essas criaturas possam viver experiências de afeto, respeito, envolvimento, amor, perdão e proteção, e então, como adultos, podem transmitir essas experiências para outros com maior facilidade. (FISAS, 1998, p.07, tradução nossa)

Diante disso, compreende-se que a cultura de paz exige um longo processo de mudança cultural para influenciar novas estruturas e dinâmicas da sociedade. Esse processo, para Pureza (2000, p.36), é resultado de uma dinâmica de transformação e diálogo “na maneira como o senso comum aborda as relações sociais”. Portanto, são mudanças de práticas, de discursos que fortalecem a desigualdade de poder e ocasionam injustiça social. Assim, os estudos para a paz buscam novas formas de cultivar as relações

humanas, compreendendo as estruturas de violência e atuando em busca de alternativas capazes de transformar as relações entre os indivíduos por meio da desconstrução da violência cultural. Acredita-se que é possível reconstruir novos olhares e comportamentos para as estruturas da sociedade e, para isso, defende-se a importância de dois fatores que estão diretamente relacionados: a educação e a comunicação.

A educação exerce um papel fundamental para reconstrução, pois, como afirma Herrero Rico (2012), a violência não é natural aos indivíduos, eles aprendem ao longo da vida e, por isso, é possível trabalhar e educar para novas perspectivas. Para a autora, o ser humano é capaz de encontrar possibilidades mais respeitadas, justas e solidárias por meio da educação. Uma alternativa é apreender a coexistir, pois a coexistência “[...] significa aprender a viver coletivamente, aceitar a diversidade, e implica uma relação positiva com o outro”, sendo que relações “afirmativas e de igualdade melhoram a dignidade, a liberdade e a interdependência” (HERRERO RICO, 2012, p.44, tradução nossa).

Para Herrero Rico (2012), a educação baseada na coexistência gera compreensão das diferenças entre os indivíduos. Assim, a diversidade, por exemplo, é respeitada e aceita tornando as relações mais pacíficas. Esse processo exige a reconstrução de como os indivíduos hoje comportam-se diante de questões como imigrações, diferenças étnicas, diversidade de gênero, igualdade de gênero, para isso envolve diversos fatores que interferem na forma de aprendizagem dessas questões. A reconstrução está no conhecimento dos indivíduos, mas também nos contextos, nos diálogos, na realidade coletiva, pois esses elementos influenciam constantemente nos significados dados pelos indivíduos sobre e para as relações.

Nesse sentido, destaca-se o segundo elemento, a comunicação. Como afirma Freire (1988, p.69), a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”. Assim, o que eles comunicam e o que é comunicado a eles está diretamente associado à forma como aprendem e compreendem as estruturas sociais. O contexto e o diálogo estão relacionados ao ambiente cultural dos indivíduos e, por isso são fundamentais para a construção de uma cultura de paz, pois é a forma como preconceitos (e todas as violências) são construídos ou desconstruídos. Portanto, a comunicação se enquadra na discussão sobre a desconstrução da violência cultural por ser um instrumento que ajuda a legitimar produtos culturais.

Diante disso, no campo da comunicação é importante destacar a influência dos meios de comunicação no comportamento, conduta, atitudes e hábitos dos indivíduos. Para Fisas (1998), apesar dos valores que induzem a cultura da violência serem transmitidos pelos núcleos familiares, o maior poder de influência vem dos meios de comunicação (televisão, cinema, música, por exemplo) que induzem os indivíduos a condutas violentas naturalizadas em seus cotidianos, como por exemplo, a mística da masculinidade (força, dominação). De acordo com o autor, as crianças, por exemplo, que estão em processos de formação de seus valores e atitudes, assistem programas que reafirmam o poder, a dominação e a força masculina por meio de símbolos violentos como armas e lutas. Ao mesmo tempo que o papel da mulher na sociedade patriarcal é enaltecido, como: cuidar da casa, sexualizar, formas de se comportar, formas para se vestir, culto ao corpo etc.

Nesse sentido, entende-se que a ação dos meios de comunicação afasta os indivíduos de sua capacidade crítica (FISAS, 1998), o que possibilita a influência e aceitação de determinados comportamentos. Por outro lado, esses meios podem ser úteis para desconstruir os significados violentos sobre os padrões e papéis dos indivíduos na sociedade, ou seja, desconstruir os preconceitos e os estereótipos.

Em síntese, os meios “deveriam contribuir com a neutralização das muitas correntes culturais promotoras de violência, como o culto ao “homem” ou a glorificação da competitividade, e a apagar os estereótipos negativos e a estigmatização dos grupos marginalizados. Também podem educar sobre as qualidades da paternidade, informar sobre os perigos do abuso infantil, divulgar alternativas imaginativas à força bruta, promover a igualdade entre os gêneros e estimular entre os jovens a esperança de realização e o incentivo de participar em causas que promovam o sentido da humanidade. (ROJAS MARCOS, 1995, p.216 apud FISAS, 1998, p.10, tradução nossa)

Isso porque a linguagem, o discurso, o diálogo são instrumentos que, ao mesmo tempo que legitimaram a violência, podem legitimar a paz, a coexistência, a diversidade. Os padrões estabelecidos historicamente para definir os indivíduos e o que eles representam na sociedade, como o preconceito e a discriminação racial ou de gênero, precisam ser reconfigurados para orientar novas práticas culturais que gere mais respeito e tolerância. Para Dolores López (2008, p.34, tradução nossa), a linguagem é capaz de aproximar ou afastar os indivíduos, ela tem o poder destrutivo e construtivo, pois “vai além da mera representação e transmissão de ideias”, ela representa e desenvolve os

valores que circulam e movimentam a sociedade e transmite ideologias, o que “servem para estabelecer e moldar nossas relações sociais”.

Por isso, é preciso refletir sobre o poder ideológico, social, económico, político do discurso e entender que ele é capaz de estimular a consciência crítica e eliminar termos e pensamentos “negativos, injustos, inadequados, às vezes racistas, que criam ressentimento e distanciam as pessoas. E, conseqüentemente, não convidam a aproximação, a convivência, os pontos de encontro, a construção de pontes e o diálogo intercultural” (DOLORES LÓPEZ, 2008, p.34, tradução nossa). Nesse sentido, se os indivíduos aprendem a linguagem para se comunicar de forma construtiva e solidária e tornam-se conscientes do poder que ela possui para as relações. De acordo com Dolores López (2008, p.49, tradução nossa), a escolha de palavras que aproximem os indivíduos, ao invés de distanciá-los, “é um exercício de responsabilidade ética e moral, que pode fazer a diferença entre o entendimento e a solidariedade e a rejeição e a distância”, pois elas possuem o poder de unir e construir as relações.

Assim, as mais variadas formas de comunicação e, principalmente, aquelas associadas aos meios de comunicação devem ser inseridas em processos que orientem novos discursos, pois ao serem carregados de uma linguagem que discrimina, afasta, estereotipa, segrega e estimula preconceitos, eles estão violentando indivíduos e influenciando relações violentas. A comunicação organizacional, materializada nos discursos das organizações, demonstra caminhos para pensar em alternativas de novos discursos diante do poder organizacional na sociedade.

2 Repensar a comunicação organizacional para desconstruir a violência cultural

Partindo dos apontamentos sobre a influência dos processos comunicativos na conduta dos indivíduos, entende-se que da mesma forma que a comunicação legítima a violência cultural, ela pode desconstruí-la. Diante disso, defende-se a importância de repensar a comunicação organizacional devido ao poder que as organizações, sobretudo as corporações dos diversos ramos e setores, exercem na vida dos indivíduos, nos seus valores, comportamentos e hábitos.

De acordo com Henriques (2017), o poder organizacional pode ser reconhecido simplesmente pela centralidade ocupada pelas organizações no cotidiano dos indivíduos, porém, muito além disso, verifica-se que elas representam práticas que exercem influência em diversos aspectos, pois “suas decisões e modos de ação incidem direta ou

indiretamente, todo o tempo, sobre nós, em nossa individualidade, e também sobre nossas coletividades. (HENRIQUES, 2017 p.02). Há uma influência visível do ponto de vista econômico e político, porém o poder não se limita a esses fatores e se manifesta nas relações e, conseqüentemente, nos processos comunicativos (HENRIQUES, 2017). Como afirma Sartor (2018, p.140),

Trata-se de um poder que se manifesta tanto no plano material quanto no plano simbólico, por meio de práticas (inclusive, discursivas) que tentam conformar questões relativas à produção econômica, à organização do mundo do trabalho, aos padrões de consumo, aos valores sociais, à opinião pública, às políticas públicas, entre outras dimensões relevantes da economia, da cultura e da política.

Dessa forma, é fundamental refletir sobre o poder discursivo das organizações, pois entende-se que, no processo interacional com a sociedade, ele pode estimular os pensamentos e comportamentos que dividem e segregam os indivíduos por padrões, gerando a violência cultural. Ao mesmo tempo, esse poder discursivo pode contribuir para estimular a desconstrução de condutas violentas culturalmente enraizadas nas relações sociais. Para isso, acredita-se ser possível olhar a forma como as estratégias de comunicação organizacional podem contribuir para isso, a partir de uma perspectiva dialógica e relacional, que considere a interação entre organizações e os indivíduos, entendendo a comunicação:

[...] como um processo de construção conjunta entre interlocutores (sujeitos sociais), a partir de discursos (formas simbólicas que trazem as marcas de sua produção, dos sujeitos envolvidos e do contexto), em situações singulares (dentro de um determinado contexto). Na perspectiva organizacional, as organizações são consideradas sujeitos sociais enunciadore ou leitores de discursos cuja ação no mundo institui um contexto específico de interações que enquadra, ainda, enunciações e leituras de outros sujeitos sociais. (LIMA, 2008, p.05)

Nessa perspectiva, a comunicação e seus aspectos discursivos são olhadas a partir de três dimensões inter-relacionadas: a contextual, a simbólica e a interacional (LIMA, 2008). A dimensão contextual considera o sujeito e as interações que o envolvem a partir das circunstâncias que elas ocorrem, ou seja, por essa dimensão a situação sociocultural dos indivíduos influencia os discursos e as próprias relações. A dimensão simbólica é entendida como resultado do processo comunicativo, isso significa que a construção de sentidos é resultante da linguagem nos contextos de interação, dos discursos. Por último, a dimensão interacional refere-se ao momento em que os interlocutores estabelecem e

mantêm uma relação com o outro, por meio da linguagem e do simbólico e, com isso, afetam um ao outro.

As dimensões transformam as organizações em “sujeitos sociais enunciadores ou leitores de discursos cuja ação no mundo institui um contexto específico de interações que enquadra, ainda, enunciações e leituras de outros sujeitos sociais” (LIMA, 2008, p.114). Nesse sentido, a perspectiva relacional da comunicação deve ser compreendida como um processo construtivo entre os sujeitos envolvidos, os quais são os responsáveis em produzir sentidos a partir dos diversos contextos sociais, culturais, econômicos e políticos. As organizações, enquanto sujeitos enunciativos com poder de influência, utilizam diversas estratégias de comunicação para interagir com os indivíduos objetivando construir sentidos positivos sobre elas. Porém, “se, por um lado, têm-se os objetivos particulares que fundam as empresas, por outro, sabe-se que suas ações interferem diretamente na constituição cultural da sociedade, da esfera pública e de questões de ordem coletiva (LIMA; OLIVEIRA, 2014, p.91).

Diante disso, a principal reflexão a ser feita é sobre o teor da linguagem verbal e não verbal que formam o discurso organizacional em busca de tal objetivo. Entende-se que, muitas vezes, as estratégias de comunicação são carregadas de símbolos e estereótipos, os quais, unidos ao ambiente sociocultural dos indivíduos na sociedade, perpetuam e reforçam os preconceitos e padrões existentes nas relações sociais. Isso porque as “intervenções simbólicas (materializadas em discurso) expressam um conjunto de normas e valores correntes em nossa sociedade”, por isso o discurso organizacional é a “expressão da cultura contemporânea e também elementos que a atualizam” (LIMA; OLIVEIRA, 2014, p. 90). Estratégias de comunicação, portanto, se desenvolvem, a partir de ideias e percepções que circulam socialmente.

A publicidade, sendo uma estratégia de comunicação organizacional, é um exemplo de discurso organizacional carregado de valores e ideias sociais que ocasionam a produção de sentido, por isso “os anúncios das organizações fazem mais do que apenas publicizar ações, produtos e serviços. Como materializações discursivas, têm potência para influenciar na configuração da cultura, naturalizando e (re)afirmando modos de ser e estar no mundo” (BALDISSERA; STOCKER, 2015, p. 146), criando significados sobre os contextos que os sujeitos estão envolvidos e influenciando suas opiniões e comportamentos.

Para Nos Aldás (2010), a publicidade possui um enfoque persuasivo que convence os indivíduos sobre as ideias disseminadas, os quais as entendem como uma realidade única. Por isso, para a autora é possível pensar na publicidade como um instrumento para a educação desenvolvendo um discurso que expresse temas “que o levem à tomada de posições conscientes, frente às ideias e propostas planejadas” (NOS ALDÁS, 2010, p.114). Assim, ao invés de estimular estereótipos e preconceitos, a publicidade poderia sensibilizar os indivíduos sobre suas condutas e comportamentos.

A sensibilização é um projeto de educação e comunicação para aproximar as problemáticas da sociedade dos indivíduos de forma que eles apreendam valores e condutas para transformar a injustiça social (NOS ALDÁS, 2010). Para isso, defende-se uma comunicação solidária e educativa que se comprometa com o interesse coletivo por meio de um processo de “interpretação” de nossa sociedade e de nossas responsabilidades [...]” (NOS ALDÁS, 2010, p.115). Diante disso, a autora explica que:

As características da sociedade atual – marcada por um ritmo vertiginoso de trabalho e um bombardeio constante de mensagens sobre acidentes, agressões, tragédias, ameaças de guerra ou terrorismo – levam o ser humano a buscar, em seus momentos de ócio, estímulos distanciados da densidade de explicações, da denúncia ou da culpabilidade. Esta realidade demanda novas formas de comunicar a necessidade de a sociedade civil abordar determinados problemas, de denunciar as injustiças, ou até de divulgar os aspectos positivos da diversidade e da solidariedade. O mundo contemporâneo precisa de fórmulas discursivas originais e eficazes para evitar as consequências da desumanização no imaginário cultural (como por exemplo, a abstração da imigração ou a apresentação negativa da diversidade); para conseguir que a sociedade se envolva nas alternativas, que resista a se deixar levar pela apatia, pela indiferença e que, definitivamente, não acabe perdendo sua consciência de cidadania. (NOS ALDÁS, 2010, p.124)

Dessa forma, as organizações enquanto atores sociais com poder para influenciar a sociedade, devem e podem colaborar com a disseminação de novos discursos para colaborar com a reconstrução das relações sociais. Para isso, é preciso desenvolver novas estratégias que considerem uma perspectiva das práticas sociais, observando os sujeitos envolvidos e identificando oportunidades construtivas para guiar as interações das organizações com a sociedade. Compreendendo a comunicação por uma perspectiva relacional, percebe-se que as estratégias comunicacionais das organizações constroem sentidos na sociedade, ao mesmo tempo que a sociedade, a partir de sua realidade cultural, insere novos sentidos para as organizações. Esse é um ciclo que possibilita repensar

valores sociais perpetuados nos discursos organizacionais para estimular a desconstrução de comportamentos culturalmente violentos.

Considerações finais

Compreende-se que a comunicação possui um poder de influência que pode construir e reconstruir condutas e valores que determinam as relações na sociedade. Ao olhar para as problemáticas que geram conflitos ideológicos, sociais e culturais, isso significa que, historicamente, a comunicação em seus diversos formatos reafirmou mensagens que induzem o pensamento dos indivíduos sobre o mundo, mas, considerando as estruturas violentas que foram construídas, ela é capaz de desconstruir esse pensamento para reconstruir uma nova perspectiva mais solidária, respeitosa e harmônica.

A sociedade contemporânea é marcada pelas inúmeras possibilidades comunicativas resultantes do desenvolvimento tecnológico. Nesse cenário, aspectos positivos e negativos para as relações sociais podem ser visualizados, pois ao mesmo tempo que a comunicação aproxima os indivíduos, as culturas e permite o acesso à informação, ela é capaz de disseminar ideologias e comportamentos que estimulam preconceito, ódio e segregam os grupos sociais. Porém, diante da força e alcance dos meios de comunicação proporcionado pelo desenvolvimento é possível refletir sobre novas alternativas discursivas.

Para isso, é importante compreender as características da violência cultural na sociedade e suas consequências, para repensar novos enunciados capazes de transformar essa realidade. Entende-se que os meios de comunicação massiva e os discursos de instituições e organizações, os quais possuem um considerável poder de influência, sempre estiveram carregados de aspectos que induzem os padrões aceitáveis na sociedade, o que gera o preconceito e a discriminação. Por isso defende-se que é possível pensar essas novas alternativas rediscutindo a comunicação deles para a construção de uma cultura de paz.

Nesse sentido, o presente artigo olha para o contexto organizacional e sua relação com a sociedade devido ao poder de influência exercido no comportamento dos indivíduos, os quais se relacionam constantemente seja pelo trabalho, pela necessidade de acesso aos serviços públicos essenciais ou pelo consumo. Tais organizações, muitas vezes, ao se comunicarem com a sociedade, utilizam discursos carregados desses padrões, por isso é preciso que elas compreendam os impactos e consequências deles e repensem

novos discursos que construam sentidos sensibilizados com a diversidade cultural, igualdade de gênero, autonomia da mulher, desenvolvimento sustentável para estimular comportamentos mais solidários.

Evidentemente, esse desconstruir a violência cultural impregnada no pensamento, na conduta e no cotidiano dos indivíduos é um processo de longo prazo e que exige uma perspectiva educativa para todos, organizações e sujeitos. Assim, repensar atos comunicativos, inclusive no âmbito organizacional, que induzem novos olhares pode ser um elemento potencializador de um processo complexo devido às inúmeras estruturas da sociedade que estão envolvidas nele.

Portanto, a partir desses apontamentos, a proposta do presente artigo é estimular uma reflexão sobre os aspectos do sistema em que estamos inseridos em busca de alternativas que demonstrem a possibilidade de convivermos coletivamente de forma mais ética. Nesse sentido, acredita-se que pensar sobre o apoio das organizações com seu poder para estimular condutas e pensamentos que orientem esse processo, pode contribuir para incentivar mudanças na forma como os indivíduos estão se relacionando na sociedade.

Referências

BALDISSERA, Rudimar; STOCKER, Pâmela. Comunicação organizacional e ethos discursivo: estratégia para falar de si nos anúncios dos bancos. In: MARQUE, Angela Cristina Salgueiro; OLIVEIRA, Ivone de Lourdes (org.). *Comunicação organizacional: dimensões epistemológicas e discursivas*. Belo Horizonte; Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFMG, 2015, p. 146-162.

DOLORES LÓPEZ, M. Tendiendo puentes o separándonos? El poder ideológico del lenguaje y su relevancia en el diálogo intercultural. *Congreso Internacional Dialogo Intercultural*, Múrcia, España, 22-24 oct 2008, p. 33-54.

FISAS, Vicenç. Una cultura de paz. *Cultura de paz y gestión de conflictos*, Icaria/UNESCO, Barcelona, 1998. Disponível em:
<http://escolapau.uab.cat/img/programas/cultura/una_cpaz.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GALTUNG, Johan. *Violencia cultural*. Gernika-Lumo: Gernika Gogoratz, 2003.

_____. Introduction: peace by peaceful conflict transformation – the TRANSCEND approach. In: WEBEL, Charlos; GALTUNG, Johan. *Handbook of peace and conflict studies*. Nova Iorque: Routledge, 2007, p.14-32.

HENRIQUES, Márcio Simeone. Comunicação e poder organizacional. *Boletim*, nº1.976, ano 43. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2017.

HERRERO RICO, Sophia. Educando para la paz a través del reconocimiento de la diversidad. In: NOS ALDÁS, Eloísa; FORERO, Eduardo Andrés Sandoval; SALINAS, Alex Iván Arévalo. *Migraciones y cultura de paz: educando y comunicando solidaridad*. Madrid: Editorial DYNKINSON, S.L., 2012.

LIMA, Fábía. Possíveis contribuições do paradigma relacional para o estudo da comunicação no contexto organizacional. In: OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; SOARES, Ana Thereza Nogueira. *Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações*. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2008. p.109-127.

LIMA, Fábía Pereira; OLIVEIRA, Ivone de Lourdes. O discurso e a construção de sentido no contexto organizacional midiaticizado. In: MARCHIORI, Marlene (org.). *Contexto organizacional midiaticizado*. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora; Rio de Janeiro: Editora Senac Rio de Janeiro, 2014.

NOS ALDÁS, Eloísa. Repensar e reaprender a comunicação para uma cidadania cosmopolita. In: JALALI, Vahideh R. R. (org.) *Estudos para a Paz*. Aracajú: Editora Criação, 2010, p.113-128.

PUREZA, José Manuel. *Estudos sobre a Paz e Cultura da Paz*. Intervenção proferida no âmbito do Colóquio “Prevenção de Conflitos e Cultura da Paz”, no 95/96, 2ª série, p. 33-42, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, Jul. 2000.

SARTOR, Basílio Alberto. O poder corporativo na perspectiva da democracia e do interesse público. In: MANIERI, Tiago; MARQUES, Ângela. *Comunicação e poder organizacional: enfrentamentos discursivos, políticos e estratégicos*. Goiânia: Gráfica UFG, 2018. p.138-152.